

Plano de Gestão Administrativa

Política de
Investimentos
2013

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – 2013 A 2017 – PGA

ÍNDICE

ÍNDICE	1
A – INTRODUÇÃO	3
1 – Entidade Fechada de Previdência Complementar: Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (código Previc: 864)	3
2 – Vigência: 01/01/2013 a 31/12/2017 (60 meses), com revisões anuais.....	3
3 – Ata do Conselho Deliberativo/Data da Reunião: RC nº 001/252 , de 10 de dezembro de 2012.....	3
4 – Plano de Benefício: PGA (Plano de Gestão Administrativa)	3
5 – Cadastro Nacional do Plano de Benefício (CNPB): não possui	3
6 – Meta Atuarial: não possui	3
7 – Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ): Eduardo Henrique Garcia.....	3
8 – Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios: Roberto de Carvalho Panisset.....	3
9 – Mecanismo de Informação da Política aos Participantes: eletrônico.....	3
B – LIMITES DE INVESTIMENTO	3
10. MARGEM DE ALOCAÇÃO	3
11. DIVERSIFICAÇÃO	4
11.1. Requisitos Principais	4
C – DIVERSOS	4
12. ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA	4
12.1. Macroalocação de Ativos.....	4
13. ALOCAÇÃO TÁTICA	5
14. OBJETIVOS DA GESTÃO	5
14.1. Meta dos Investimentos Totais	5
14.2. Indicadores de Referência do Segmento de Renda Fixa	5
14.3. Indicador de Referência do Segmento de Renda Variável.....	5
14.4. Indicador de Referência do Segmento de Investimentos Estruturados	5
14.5. Indicador de Referência do Segmento de Investimentos no Exterior.....	5
14.6. Indicador de Referência do Segmento de Imóveis.....	5
14.7. Indicador de Referência do Segmento de Operações com Participantes.....	5
15. DIRETRIZES GERAIS PARA A GESTÃO DOS RECURSOS	5
16. ATIVOS ELEGÍVEIS.....	6
16.1. Renda Fixa	6
16.2. Renda Variável.....	6
17. ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DE PREÇO – INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS.....	7
17.1. Renda Fixa	7
17.2. Renda Variável.....	8
18. CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DOS VALORES CONTÁBEIS DOS ATIVOS	8
19. GESTÃO DE RISCOS	8
19.1. Política de Risco de Crédito.....	8
19.1.1. Risco de degradação da qualidade de crédito	10
19.2. Risco de Liquidez	10
19.3. Risco de Mercado.....	10
19.4. Risco Operacional	10
19.5. Risco Legal.....	11
19.6. Risco Sistêmico	11
20. SUSTENTABILIDADE	11
21. SELEÇÃO DE CORRETORAS.....	11

22. PROPOSTAS DE INVESTIMENTOS	11
23. MONITORAMENTO DOS INVESTIMENTOS	12
24. REVISÕES	12
25. RESPONSÁVEL, LOCAL E DATA	12
26. GLOSSÁRIO.....	13

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – 2013 A 2017

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

A – INTRODUÇÃO

1 – Entidade Fechada de Previdência Complementar: Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (código Previc: 864)
2 – Vigência: 01/01/2013 a 31/12/2017 (60 meses), com revisões anuais
3 – Ata do Conselho Deliberativo/Data da Reunião: RC nº 001/252 , de 10 de dezembro de 2012
4 – Plano de Benefício: PGA (Plano de Gestão Administrativa)
5 – Cadastro Nacional do Plano de Benefício (CNPB): não possui
6 – Meta Atuarial: não possui
7 – Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ): Eduardo Henrique Garcia
8 – Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios: Roberto de Carvalho Panisset
9 – Mecanismo de Informação da Política aos Participantes: eletrônico

B – LIMITES DE INVESTIMENTO

10. MARGEM DE ALOCAÇÃO

Tabela 1: Limites de Investimento do PGA

Segmentos	Alocação Atual (posição em ago/2012)	Limites máximos segundo a Resolução CMN nº 3.792	Alocação Estratégica	Margem de Alocação	
				Limite Inferior	Limite Superior
10.1 Renda Fixa	91,2%	100%	88,4%	80%	100%
10.1.1 Carteira de Renda Fixa com baixo risco de crédito	91,2%	100%	-	80%	100%
10.1.1.1 Títulos garantidos pelo Tesouro/Banco Central	82,4%	100%	-	50%	100%
10.1.1.2 Títulos não garantidos pelo Tesouro/Banco Central	8,8%	80%	-	0%	30%
10.1.2 Carteira de Renda Fixa com médio/alto risco de crédito	0,0%	80%	-	0%	0%
10.1.2.1 Carteira de Renda Fixa com médio risco de crédito	0,0%	80%	-	0%	0%
10.1.2.2 Carteira de Renda Fixa com alto risco de crédito	0,0%	80%	-	0%	0%
10.1.3 Derivativos de Renda Fixa	0,0%	-	-	0%	0%
10.2 Renda Variável	8,8%	70%	11,6%	0%	20%
10.2.1 Ações de Empresas Integrantes do Novo Mercado	3,5%	70%	-	0%	20%
10.2.2 Ações de Empresas Integrantes do Nível 2	0,0%	60%	-	0%	20%
10.2.3 Ações de Empresas Integrantes do Bovespa Mais	0,0%	50%	-	0%	20%
10.2.4 Ações de Empresas Integrantes do Nível 1	3,5%	45%	-	0%	20%
10.2.5 Outras Ações de Empresas e Fundo de Índice	1,8%	35%	-	0%	20%
10.2.6 Investimentos em Sociedade de Propósito Específico (SPE)	0,0%	20%	-	0%	0%
10.2.7 Outros Ativos de Renda Variável	0,0%	3%	-	0%	0%
10.2.8 Derivativos de Renda Variável	0,0%	-	-	0%	0%
10.3 Investimentos Estruturados	-	20%	0,0%	0%	0%
10.4 Investimentos no Exterior	-	10%	0,0%	0%	0%
10.5 Imóveis	-	8%	0,0%	0%	0%
10.6 Operações com Participantes	-	15%	0,0%	0%	0%

Obs.

(1) "margem de alocação" corresponde ao intervalo, definido pela REAL GRANDEZA, de alocação tática de recursos em cada segmento

11. DIVERSIFICAÇÃO

11.1. Requisitos Principais

Tabela 2: Requisitos de Diversificação

Emissor	Alocação em um mesmo emissor (em relação aos RGRTs) ⁽¹⁾		Concentração em um mesmo emissor/investimento	
	Res. CMN nº 3.792 (Art. 41)	FRG	Res. CMN nº 3.792 (Art. 42/43)	FRG
Instituição financeira	20%	5%	25% do pat. líquido da instituição	- Baixo Risco de Crédito: 10% do pat. líquido - Médio/Alto Risco de Crédito: 5% do pat.líquido
Companhia aberta com registro na CVM	10%	10%	25% do capital votante ou total	20% do capital votante ou total
Ações com participação de, pelo menos, 2% no IBrX ou no Ibovespa.	10%	10%		
Outras Ações	10%	5%		
Outros Títulos	10%	5%		

Observação: Nos casos dos limites não estabelecidos nesta Política de Investimentos, devem ser observados aqueles definidos pela Resolução CMN nº 3.792/2009.

C – DIVERSOS

12. ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA

Alocação estratégica é a distribuição de recursos entre os segmentos de investimentos, em classes de ativos previamente definidas, que serve de referencial de longo prazo – acima de 5 anos – para a gestão dos ativos. Denominada “Macroalocação de Recursos” é parametrizada pela estrutura do passivo do Plano de Benefícios e visa proporcionar uma rentabilidade superior à meta dos investimentos, ao mesmo tempo que minimiza o risco incorrido.

12.1. Macroalocação de Ativos

A tabela a seguir apresenta a Alocação Estratégica definida para o PGA.

Tabela 3: Alocação Estratégica para o PGA

Ativo	Alocação Estratégica
Renda Fixa	88,4%
Renda Variável	11,6%
Investimentos Estruturados	0,0%
Imóveis	0,0%
Empréstimos	0,0%
Total	100,0%

13. ALOCAÇÃO TÁTICA

Com o objetivo de maximizar a rentabilidade da carteira, bem como diante da possibilidade de ocorrência de quaisquer eventos não previstos quando da definição da alocação estratégica, a REAL GRANDEZA poderá tomar decisões de alocação tática. Focado no curto e no médio prazos, este tipo de alocação permite que, sem promover um distanciamento muito grande da alocação estratégica, sejam aproveitadas oportunidades surgidas em função de alterações significativas nos cenários previamente traçados.

A realização de alocações táticas deverá ser submetida à aprovação do CIRG, com base em estudos que avaliem o retorno potencial e os riscos dessas alocações.

14. OBJETIVOS DA GESTÃO

14.1. Meta dos Investimentos Totais

O objetivo maior da gestão dos investimentos do PGA será a superação da variação da Taxa Selic.

14.2. Indicadores de Referência do Segmento de Renda Fixa

A REAL GRANDEZA adotará como parâmetro de comparação a variação da Taxa Selic.

14.3. Indicador de Referência do Segmento de Renda Variável

O Indicador de Referência do segmento de Renda Variável será o IBrX.

14.4. Indicador de Referência do Segmento de Investimentos Estruturados

Durante a vigência desta Política de Investimentos, não serão alocados recursos do PGA nesse segmento.

14.5. Indicador de Referência do Segmento de Investimentos no Exterior

Durante a vigência desta Política de Investimentos, não serão alocados recursos do PGA nesse segmento.

14.6. Indicador de Referência do Segmento de Imóveis

Durante a vigência desta Política de Investimentos, não serão alocados recursos do PGA nesse segmento.

14.7. Indicador de Referência do Segmento de Operações com Participantes

Durante a vigência desta Política de Investimentos, não serão alocados recursos do PGA nesse segmento.

15. DIRETRIZES GERAIS PARA A GESTÃO DOS RECURSOS

Os investimentos da REAL GRANDEZA serão realizados preferencialmente através de Fundos de Investimentos que tenham Administração Fiduciária externa e como gestora a REAL GRANDEZA.

A REAL GRANDEZA não alocará recursos do PGA para gestores externos de fundos de investimentos, exceto aqueles que façam parte da relação de Ativos Elegíveis definida nesta Política de Investimentos.

16. ATIVOS ELEGÍVEIS

A seguir, serão apresentadas as relações de ativos elegíveis para as Carteiras de Investimentos da REAL GRANDEZA, ou seja, os ativos que, uma vez aprovados pelo CIRG, podem ser adquiridos ao longo da vigência desta Política de Investimentos tanto para a carteira própria como para fundos exclusivos dos quais a REAL GRANDEZA seja gestora.

16.1. Renda Fixa

- a. títulos de emissão do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil;
- b. aplicações em instituições financeiras, incluindo CDBs, RDBs, Letras Financeiras e poupança;
- c. cotas de Fundos de Investimentos que tenham Administração Fiduciária externa e como gestora a REAL GRANDEZA.

Diretrizes:

1 – Para a carteira própria e para os fundos exclusivos dos quais a REAL GRANDEZA seja cotista, só serão realizadas novas aplicações em títulos classificados como de baixo risco de crédito.

2 – Não serão realizadas novas aplicações em títulos securitizados pelo Tesouro Nacional (tais como Títulos da Dívida Agrária – TDAs) ou em títulos de emissão de estados e municípios que tenham sido objeto de refinanciamento pelo Tesouro Nacional.

3 – Serão aproveitadas eventuais oportunidades de venda de ativos que não sejam classificados como baixo risco de crédito, desde que a preços e condições aprovados pelo CIRG.

16.2. Renda Variável

- a. ações, bônus de subscrição de ações, recibos de subscrição de ações e certificados de depósito de ações de companhia aberta;
- b. cotas de fundos de índice (ETFs);
- c. operações de empréstimo de ações poderão ser realizadas, com o objetivo de potencializar o retorno da Carteira de Renda Variável. Além disso, devem seguir as melhores práticas de mercado, conforme estabelecido em modelagem aprovada pelo CIRG.

Diretriz:

1 – Não serão realizados investimentos neste segmento que impliquem em novas participações no controle de empresas.

17. ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DE PREÇO – INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

17.1. Renda Fixa

O processo de seleção dos investimentos que farão parte da Carteira de Renda Fixa compreende: a análise periódica de informações de mercado, incluindo o acompanhamento de toda a legislação referente às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) e ao mercado financeiro; a participação dos analistas em reuniões com consultorias e profissionais de mercado; e a utilização de sistemas voltados a atender às necessidades da equipe de análise.

Esse processo também inclui a elaboração de um estudo contemplando todas as variáveis macroeconômicas relevantes para a tomada de decisão. O resultado desse estudo é um relatório apresentado, pelo menos uma vez por mês, ao CIRG, abordando a conjuntura macroeconômica e as tendências esperadas. A finalidade desse relatório é fornecer subsídios para a definição da alocação tática e estratégica, através da avaliação dos possíveis impactos do cenário político-econômico sobre os mercados de ativos.

Posteriormente, são realizadas as recomendações de aplicações e/ou resgates dos investimentos em Renda Fixa, que são submetidas à aprovação do CIRG e devem estar em conformidade com as normas e os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.792/2009 e por esta Política de Investimentos.

No caso de títulos públicos federais, com exceção de operações compromissadas, é elaborada uma Nota Técnica fundamentando cada operação realizada, que é anexada à boleta da operação e posteriormente apresentada ao CIRG.

Também são realizados estudos complementares, dentre eles o “Risco Bancário”, que tem dentre seus objetivos o estabelecimento de limites de aplicação de recursos nas instituições financeiras. O relatório de “Risco Bancário” é atualizado periodicamente de forma a contemplar a atualização dos balanços das instituições financeiras divulgados trimestralmente e utiliza, como suporte, informações fornecidas por consultoria especializada, bem como por agências internacionais classificadoras de risco.

Alem disso, destacamos que será priorizado o mercado primário na compra de títulos de Renda Fixa. Com relação ao mercado secundário, a REAL GRANDEZA priorizará a utilização de plataformas eletrônicas de negociação através das quais está habilitada a operar.

De acordo com a Resolução CGPC nº 21/2006, a REAL GRANDEZA observará o valor de mercado ou o intervalo referencial de preços máximos e mínimos dos ativos de Renda Fixa negociados em mercado de balcão por meio de carteira própria ou de fundos de investimentos exclusivos, baseando-se em um dos seguintes parâmetros: (i) metodologia publicada por instituições de reconhecido mérito no mercado financeiro; (ii) com base em plataformas eletrônicas de negociação e de registro; (iii) nos casos de comprovada inexistência dos parâmetros anteriores, com base, no mínimo, em três fontes secundárias. Todas as informações referentes às operações, como, por exemplo, o volume negociado e ofertas recebidas, efetuadas e recusadas, serão registradas para eventual fiscalização.

Caso alguma operação no mercado de balcão seja efetuada fora do preço de mercado, por falha operacional, o AETQ elaborará um relatório contendo o seguinte:

- a. demonstração da discrepância dos preços ou das taxas aplicadas;
- b. indicação da instituição, da plataforma eletrônica ou das fontes secundárias que serviram de base para obtenção do valor de mercado ou do intervalo referencial de preços;

- c. identificação dos intermediários da operação;
- d. justificativa técnica para a efetivação da operação.

O relatório será entregue, num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ao Conselho Fiscal da REAL GRANDEZA, que se manifestará semestralmente através do Relatório de Controles Internos.

A elaboração desse relatório será dispensada caso a negociação seja efetuada por meio de plataformas eletrônicas de negociação.

17.2. Renda Variável

Para definir a composição da Carteira de Renda Variável, é realizada, inicialmente, uma avaliação macroeconômica, com o objetivo de identificar os setores da economia com melhores perspectivas. Em seguida, é feita uma avaliação microeconômica, de forma a selecionar as empresas cujas ações estejam mais atrativas, priorizando aquelas que, possuindo a mesma relação retorno x risco, apresentem as melhores práticas de Governança Corporativa. Este processo resulta em uma Carteira Meta, que, uma vez aprovada pelo CIRG, passa a ser a referência para a Carteira de Ações da REAL GRANDEZA.

As operações de compra e venda de ações deverão ser feitas buscando a convergência a essa Carteira Meta, que é reavaliada permanentemente.

18. CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DOS VALORES CONTÁBEIS DOS ATIVOS

Todos os títulos e valores mobiliários do PGA são classificados como “disponíveis para negociação” sendo o Custodiante, a Instituição responsável pelo apreçamento destes ativos, conforme critérios estabelecidos em manual próprio de precificação.

19. GESTÃO DE RISCOS

19.1. Política de Risco de Crédito

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de inadimplência das contrapartes em operações realizadas no mercado ou dos emissores de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira (Risco de Contraparte), podendo resultar, conforme o caso, em perdas financeiras até o montante do valor total a ser recebido.

Na REAL GRANDEZA, as classificações de risco de crédito bancário e não-bancário serão obrigatoriamente baseadas em *ratings* estabelecidos pelas seguintes agências:

- a. Standard & Poor's;
- b. Fitch Ratings;
- c. Moody's.

As classificações mínimas para emissões bancárias e não-bancárias a serem consideradas como de baixo risco de crédito pela REAL GRANDEZA serão as seguintes:

Tabela 6: Classificações mínimas de baixo risco de crédito

Agência	Classificações mínimas (Escala nacionais - Brasil)	
	Longo Prazo	Curto Prazo
Standard & Poor's	brAA-	brA-1
Fitch Ratings	AA- (bra)	F1 (bra)
Moody's	Aa3.br	BR-1

Obs.: as classificações de risco consideram como curto prazo o período de até 1 ano e longo prazo o período superior a 1 ano.

Como forma de mitigar os riscos de concentração e de emissor, a REAL GRANDEZA adotará limites de investimento por emissor de título. Adicionalmente, para evitar a concentração de alocação de ativos situados nos níveis mais baixos de classificação de risco, adotará limites de alocação por grupo de classificação de risco, privilegiando aquele que representa menor risco de crédito.

A tabela a seguir apresenta os limites máximos por emissor e por grupo de classificação de risco.

Tabela 7: Limites Máximos por Emissor e por Grupo de Classificação de Risco

	Classificação de Risco			Limites por Emissor ⁽²⁾	Limites por Grupo de Classificação de Risco	Risco de Crédito para a FRG
	S&P	Fitch	Moody's			
Risco Menor	brAAA	AAA (bra)	Aaa.br	Até 5% dos RGRTs	Até 30,0% dos RGRTs	Baixo Risco
	brAA+	AA+ (bra)	Aa1.br			
	brAA	AA (bra)	Aa2.br	Até 2,5% dos RGRTs	Até 5,0% dos RGRTs	Médio Risco
	brAA-	AA- (bra)	Aa3.br			
	brA+	A+ (bra)	A1.br	Até 0% dos RGRTs	Até 0% dos RGRTs	
	brA	A (bra)	A2.br			
brA-	A- (bra)	A3.br				
brBBB+	BBB+ (bra)	Baa1.br				
brBBB	BBB (bra)	Baa2.br				
brBBB-	BBB- (bra)	Baa3.br				
Limite de Baixo Risco segundo o mercado						
Risco Maior	brBB+	BB+ (bra)	Ba1.br	Até 0% dos RGRTs	Até 0% dos RGRTs	Alto Risco
	brBB	BB (bra)	Ba2.br			
	brBB-	BB- (bra)	Ba3.br			
	brB+	B+ (bra)	B1.br			
	brB	B (bra)	B2.br			
	brB-	B- (bra)	B3.br			
	(...)	(...)	(...)			

Obs.: 1 - Na tabela acima, estão em negrito as classificações de longo prazo que um título deve ter para ser classificado pela REAL GRANDEZA como baixo risco de crédito.

2 - Limites por Emissor: limites que incluem controladoras, controladas e coligadas do emissor.

3 - As classificações dos níveis inferiores das escalas foram omitidos por razões de espaço.

Caso um título tenha recebido classificação de mais de uma agência classificadora de risco e isto resulte em divergência na definição do risco de crédito do título ou em limite de aplicação por emissor segundo os critérios anteriormente apresentados, prevalecerá a nota de classificação mais baixa (a de risco maior).

No caso de um título não possuir classificação de risco atribuída por uma das agências anteriormente citadas, ele será classificado como alto risco de crédito.

19.1.1. Risco de degradação da qualidade de crédito

Para o caso de ativo integrante da carteira que sofra redução de classificação de risco que resulte na mudança de sua categoria para médio ou alto risco de crédito, caberá à Diretoria de Investimentos notificar em até 30 (trinta) dias o CIRG, que deliberará sobre a venda ou manutenção do referido ativo em sua carteira.

19.2. Risco de Liquidez

O risco de liquidez caracteriza-se pela dificuldade de realizar os pagamentos de despesas do PGA, o que poderia levar a REAL GRANDEZA a vender ativos a preços adversos, seja por falta de demanda de mercado, seja por oscilações momentâneas de mercado.

Com o objetivo de mitigar esse risco, a REAL GRANDEZA adota o seguinte procedimento, submetido mensalmente à apreciação do CIRG:

- a. Mantém aplicações em disponibilidade imediata (vencimento em até 1 dia) em um montante equivalente a, no mínimo, de 50% dos recursos do PGA.

19.3. Risco de Mercado

O Custodiante, para acompanhar o grau de exposição da carteira do Plano ao risco de mercado, apura o VAR – *Value at Risk*. Adicionalmente, realiza Teste de Estresse e *Back Test* para verificar a consistência das hipóteses utilizadas.

No caso do VAR, é utilizado o método de cálculo do VAR paramétrico, com intervalo de confiança de 97,5% para medir a perda máxima, sob condições normais de mercado, no horizonte de 1 (um) dia para a carteira. Adicionalmente, a volatilidade é calculada pelo EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average* ou Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas).

19.4. Risco Operacional

No sentido de reduzir os riscos operacionais, a REAL GRANDEZA contratou, através de processo de seleção, instituição para exercer as atividades de Custódia, Controladoria e Administração Fiduciária. O objetivo principal é garantir que as operações sejam realizadas obedecendo às normas da Previc e desta Política de Investimentos, bem como reduzir riscos de fraudes, através do aumento do controle e transparência. Adicionalmente, a REAL GRANDEZA prioriza a realização das operações através de sistemas eletrônicos de negociação, aumentando a transparência e o controle das atividades.

A adoção de boas práticas de governança a serem instituídas nos documentos regimentais e constitutivos da REAL GRANDEZA tem por base o Manual de Princípios de Governança Corporativa.

A adoção de postura ética e conduta moral, contendo inclusive vedações de conduta na aprovação de investimentos, tem por base o Código de Conduta e Ética e o Regulamento de Conduta do Processo de Investimentos da REAL GRANDEZA.

19.5. Risco Legal

O risco legal, assim como ocorre com o de crédito, pode ser mitigado através da análise dos riscos envolvidos em um projeto e/ou instrumento contratual utilizado. Nestes casos, uma análise inadequada pode alterar a relação risco-retorno do investimento em questão. Por isso, sempre que necessário, o investimento só será realizado após uma avaliação feita pela Assessoria Jurídica interna e/ou por escritórios externos.

19.6. Risco Sistêmico

O risco sistêmico consiste em problemas com uma instituição integrante do mercado ou em um determinado evento, que provoque um efeito de contágio nos demais participantes do sistema. Nos trabalhos de análise, são considerados os principais riscos relativos ao cenário macroeconômico e ao setor de atuação do emissor de um título, dentre outros.

20. SUSTENTABILIDADE

A REAL GRANDEZA preza a utilização de critérios socialmente responsáveis no processo de aplicação de recursos. Por isso, ao analisar seus investimentos, a entidade busca observar os Princípios para o Investimento Responsável (Principles for Responsible Investment - PRI), do qual é signatária desde 2009. Foram incorporadas as questões de meio ambiente, desenvolvimento social e governança corporativa nas análises de investimento e nos processos de tomada de decisão, bem como o Manual de Critérios de Avaliação Socioambiental, submetido à aprovação do CIRG. Adicionalmente, as Diretrizes de Governança Corporativa, a serem incorporadas ao processo de análise de investimentos, deverão ser submetidas à aprovação do CIRG.

21. SELEÇÃO DE CORRETORAS

A REAL GRANDEZA possui um modelo de seleção de corretoras, aprovado pelo CIRG, com o objetivo de definir aquelas aptas a intermediar as operações de compra e venda de ativos para a entidade.

Composto por critérios qualitativos e quantitativos, o processo de seleção deve exigir as seguintes taxas mínimas de devolução de corretagem: 85% no mercado à vista, 85% em financiamento de opções e 97% em derivativos.

O processo de seleção de corretoras será feito uma vez a cada 2 (dois) anos, com revisões periódicas, e deve seguir todos os critérios estabelecidos pelo Manual de Seleção de Corretoras, o qual é submetido à aprovação do CIRG e está em conformidade com as melhores práticas de mercado.

22. PROPOSTAS DE INVESTIMENTOS

As propostas de investimentos apreciadas pelo CIRG podem ser apresentadas por iniciativa da Diretoria de Investimentos ou de agentes externos. Neste último caso, qualquer proposta apresentada através de visita realizada à REAL GRANDEZA será obrigatoriamente encaminhada ao CIRG, pela DI, devendo ser informada a pessoa, física ou jurídica, que apresentou a proposta.

23. MONITORAMENTO DOS INVESTIMENTOS

Em atendimento ao disposto na legislação, o Conselho Fiscal emite semestralmente o Relatório de Controles Internos, conforme Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004. Este Relatório contempla, no mínimo, os seguintes aspectos:

- a. conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à Política de Investimentos, sobre a aderência das premissas e hipóteses atuariais e sobre a execução orçamentária;
- b. recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;
- c. análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

24. REVISÕES

A REAL GRANDEZA entende que, embora seus investimentos estejam sujeitos aos efeitos da volatilidade de curto prazo, é adequado manter o foco da gestão no longo prazo. Isto evita revisões freqüentes na gestão dos recursos em virtude de movimentos especulativos ou flutuações de mercado de curto prazo. Para preservar essa visão de longo prazo, a REAL GRANDEZA adota as seguintes periodicidades para revisões formais:

Tabela 8: Revisões das Atividades de Investimentos

Item	Periodicidade Mínima	Competência
Política de Investimentos	Anual, com horizonte de 60 meses	Conselho Deliberativo
Macroalocação - Alocação Estratégica	Anual	Conselho Deliberativo
Macroalocação - Alocação Tática	Mensal	Comitê de Investimentos
Microalocação de ativos	Mensal	Comitê de Investimentos

25. RESPONSÁVEL, LOCAL E DATA

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2012

Eduardo Henrique Garcia – Diretor de Investimentos

26. GLOSSÁRIO

A

AETQ	Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado. Pessoa Física credenciada e responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos investimentos da entidade, bem como pela prestação de informações relativas às aplicações dos recursos. O AETQ responde administrativa, civil e criminalmente pelas atividades de aplicações de recursos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos respectivos administradores, custodiante ou Administrador Fiduciário.
Alocação de Ativos	É a composição de uma Carteira de Investimentos em certo momento no tempo. É uma lista com os diversos ativos (títulos, ações, etc.) e respectivos montantes investidos. Pode ser expressa em valores monetários ou em percentuais.
ANBIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.

B

Back Test	Técnica que busca testar a consistência de um modelo matemático através da aplicação do mesmo em um período de tempo passado, comparando os resultados obtidos com os efetivamente ocorridos.
Bônus de subscrição	Título negociável que dá direito à subscrição de novas ações, emitido por uma empresa, dentro do limite do aumento de capital autorizado em seu estatuto.

C

CCI	Cédula de Crédito Imobiliário. Título de crédito imobiliário emitido pela instituição credora. Poderá ser integral, quando representar a totalidade do crédito, ou fracionária, quando representar parte dele.
CDB	Certificado de Depósito Bancário. É um documento, como um recibo, que comprova que seu proprietário tem um depósito bancário na instituição financeira emissora. Pode ser comprado e vendido e rende juros.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário. É a taxa média dos empréstimos feitos entre os bancos. Esses empréstimos são registrados pela Cetip.
Cetip	Câmara de Custódia e Liquidação.
CetipNet	Plataforma de negociação eletrônica oferecida pela Cetip. Consiste num portal de negociação de títulos de Renda Fixa composta pelos módulos de cotação, de negociação e de leilão eletrônico. A REAL GRANDEZA está habilitada a operar neste sistema desde o dia 10 de maio de 2006.
CGPC	Conselho de Gestão de Previdência Complementar.
Commercial Papers	São títulos de curto prazo que as sociedades anônimas emitem, visando captar recursos no mercado interno para financiar suas necessidades de capital de giro. É uma alternativa às operações de empréstimos bancários convencionais, permitindo geralmente uma redução nas taxas de juros pela eliminação da intermediação financeira bancária.
Contraparte	Parte oposta em relação à outra em uma determinada operação.

CRI Certificado de Recebíveis Imobiliários. É um título de crédito nominativo, de livre negociação, lastreado em créditos imobiliários e que constitui promessa de pagamento em dinheiro. O CRI é de emissão exclusiva das companhias securitizadoras.

CVM A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) é o órgão normativo, criado em 1976, para desenvolver, disciplinar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários não emitidos pelo sistema financeiro ou pelo Tesouro, basicamente o mercado de ações e de debêntures.

D

Debênture É um dos tipos de títulos que uma empresa pode lançar no mercado e, assim, captar dinheiro para seus investimentos. Quem possui debêntures tem direito a um rendimento garantido, pago pela empresa que está vinculada. Debêntures podem ser compradas e vendidas, como se fossem ações. Ao final de um prazo definido pela empresa, alguns tipos de debêntures podem ser convertidos em ações da empresa emissora.

Derivativos Operações feitas no mercado financeiro em que o valor das transações deriva (daí o nome “derivativos”) do comportamento futuro de outros mercados — como o de ações e juros, por exemplo. O risco de perder dinheiro com os derivativos é alto, porque o grau de incerteza embutido nas previsões é sempre muito alto. Os ganhos, no entanto, podem ser astronômicos. Há três tipos de derivativos: (1) Futuros: nesse mercado, são negociadas hoje mercadorias pelo seu preço de entrega no futuro (dias, semanas ou meses à frente). O objetivo principal é proteger os investidores das flutuações de preços normais no mercado; (2) Opções: são contratos que valem para o seu possuidor o direito de comprar ou vender mercadorias ou títulos em uma data futura e a um preço pré-determinado. As opções podem ser compradas ou vendidas livremente nas bolsas de mercadorias. A opção é muito usada no mercado de *commodities* (café, açúcar, soja, etc.) e no mercado futuro de ações; (3) *Swaps*: em inglês, a palavra significa “permuta” ou “troca”. É um contrato que permite trocar, em uma data futura pré-determinada, um investimento por outro. Assim, é possível fazer *swap* de ações por opções, por exemplo.

Due Dilligence Processo de auditoria conduzido por instituição interessada em contratar os serviços de outra com o objetivo principal de verificar a consistência dos serviços.

E

- EFPC** Entidade Fechada de Previdência Complementar.
- ETF** *Exchange Traded Funds*, são fundos espelhados em índices e suas cotas são negociadas em Bolsa da mesma forma que as ações.
- EWMA** *Exponentially Weighted Moving Average* (Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas). Técnica que dá mais ênfase aos valores mais recentes, dando pesos maiores a esses valores e menores aos mais antigos.

F

- FIDC** Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Destina a aplicação de parcela preponderante do patrimônio (acima de 50%) em direitos creditórios e em títulos representativos desses direitos, originários de operações nos segmentos financeiro, comercial, industrial, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços.
- Fundo de Investimento** Forma mais conhecida de aplicação financeira. Funciona como uma espécie de condomínio de recursos individuais de pessoas físicas ou jurídicas. Na maioria dos casos, esses fundos funcionam como um condomínio aberto, sem limite máximo de participantes, administrado com a finalidade de aplicar estes recursos no mercado e maximizar o retorno para o investidor (cotista). A soma das aplicações individuais de cada um dos cotistas constitui o patrimônio do fundo.
- FIP** Fundo de Investimento em Participações, cujos recursos são destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, participando do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.
- Fundo de Investimento Imobiliário** Fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado. O seu patrimônio é destinado a aplicações em empreendimentos imobiliários.
- Fundo Multimercado** Fundo de Investimento que busca retorno no longo prazo através de aplicação em diversas classes de ativos (Renda Fixa, ações, câmbio, por exemplo). Estes fundos procuram agregar valor utilizando uma estratégia de investimento diversificado e através de deslocamentos táticos entre as classes de ativos ou através de estratégia explícita de rebalanceamento de curto prazo.

H

- Hedge** Termo em inglês que significa proteção. É um mecanismo usado por pessoas ou empresas que precisam se proteger da flutuação de preços que costuma ocorrer nos mercados de *commodities* ou câmbio. Exemplo: o produtor de café quer garantir um preço mínimo para parte da sua produção, com o objetivo de garantir um lucro mínimo mesmo que a cotação do produto caia no mercado internacional. Para fazer esse *hedge*, o produtor vai à Bolsa de Mercadorias (no Brasil, à BM&F) e vende contratos de café para entrega futura. Também pode-se fazer *hedge* de dólar (empresas que têm dívidas em dólar e precisam defender-se de uma possível alta do câmbio) e juros (por empresas que precisam pagar dívidas cujos juros são variáveis; com o *hedge* elas podem ter certeza de quanto vão pagar).
- Hedge Atuarial** Metodologia de decisão de investimentos através da qual busca-se casar, da melhor maneira possível, uma carteira de títulos de Renda Fixa com as obrigações do passivo atuarial.

I

Ibovespa	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo, que mostra a variação diária da cotação das ações mais negociadas nos pregões da Bolsa de Valores de São Paulo. Há outros índices que espelham a valorização das ações, mas o Ibovespa é o mais usado. (ver também IBrX).
IBrX	Um dos índices que espelha a valorização das ações na Bolsa de Valores de São Paulo. O IBrX acompanha os valores das 100 ações mais negociadas na Bolsa. Para a determinação de sua composição, é usada a mesma metodologia adotada para o IBrX-50. As principais vantagens do IBrX em relação ao IBrX-50 é a menor concentração nos principais setores da economia representados no índice e o fato de ser utilizado como índice de referência em Renda Variável por grande parte das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ver também Ibovespa e IBrX-50).
IMA	Índice de Mercado Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), calculado a partir do valor ponderado das carteiras do IRF-M, do IMA-S, do IMA-C e do IMA-B.
IMA-B	Sub-índice do IMA, composto por títulos públicos federais atrelados ao IPCA (NTN-B) em poder do público.
IMA-C	Sub-índice do IMA, composto por títulos públicos federais atrelados ao IGP-M (NTN-C) em poder do público.
IMA-S	Sub-índice do IMA, composto por títulos públicos federais atrelados à Taxa Selic (LFT) em poder do público.
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
IRF-M	Sub-índice do IMA, composto pelos títulos públicos federais prefixados (LTN e NTN-F) que estejam em poder do público.

L

LFT	Letra Financeira do Tesouro. Título público pós-fixado indexado à Selic.
LTN	Letra do Tesouro Nacional. Título público pré-fixado.

M

Marcação a mercado	Quando o valor contábil do título ou valor mobiliário segue o valor pelo qual este está sendo negociado no mercado, e, por isso, reflete as oscilações do mesmo.
Marcação na curva	Quando o valor contábil do título ou valor mobiliário segue o valor de aquisição e a rentabilidade “contratada”, ou seja, não é influenciado pelas flutuações do mercado.
Mercado primário	É onde ocorre a colocação de ações ou outros títulos, provenientes de novas emissões. As empresas recorrem ao mercado primário para complementar os recursos de que necessitam, visando o financiamento de seus projetos de expansão ou investimento em outras atividades.

Mercado secundário É o mercado que proporciona a liquidez necessária para os títulos adquiridos no mercado primário.

N

NTN-B Título público de emissão do Tesouro Nacional indexado ao IPCA.

NTN-C Título público de emissão do Tesouro Nacional indexado ao IGP-M.

NTN-F Título público de emissão do Tesouro Nacional com rentabilidade prefixada.

R

RDB É um Título de Renda Fixa emitido por instituição financeira com prazo predeterminado e cuja rentabilidade é definida no ato da negociação, podendo ser pré-fixada ou pós-fixada. É um título intransferível que se destina às aplicações de pessoas físicas e jurídicas.

Recibo de subscrição Documento que comprova o exercício do direito de subscrição.

Renda Fixa São títulos cujo rendimento pode ser pré-fixado (quando compra o título, o investidor já sabe de antemão quanto vai receber ao final de determinado prazo) ou pós-fixado (a valorização do papel é proporcional a um índice de inflação ou a um índice de juros). Entre os investimentos de Renda Fixa, estão os Certificados de Depósito Bancário (CDBs), as cadernetas de poupança e a maioria dos títulos públicos.

Renda Variável São títulos cuja remuneração não é discriminada anteriormente, como acontece com os títulos de Renda Fixa. Assim sendo, a rentabilidade destas aplicações depende das condições de mercado. Dentre os exemplos de títulos dessa natureza, temos as ações, as *commodities* e os fundos de investimento que aplicam recursos nesse tipo de títulos, como os fundos de ações e os fundos multimercado com renda variável.

RGRT Recursos Garantidores das Reservas Técnicas. Consideram-se recursos garantidores dos planos de benefícios os ativos do programa de investimentos, adicionadas as disponibilidades e deduzidos os valores a pagar, classificados no exigível operacional do referido programa. Os RGRTs não incluem dívidas que as patrocinadoras têm com as EFPCs.

S

Selic Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É um sistema computadorizado do Banco Central, ao qual apenas as instituições financeiras credenciadas têm acesso. Funciona mais ou menos como a compensação de um banco, só que no mercado de títulos públicos: transfere os papéis para o comprador, ao mesmo tempo em que credita o valor da venda para o vendedor. Tudo isso é feito em tempo real. O Selic calcula uma média dos juros que o governo paga aos bancos que lhe emprestaram dinheiro. Essa média, chamada de Taxa Over-Selic, serve de referência para todas as outras taxas de juros do país. Por isso, a Taxa Over-Selic é chamada também de juro básico.

SPE Sociedade de Propósito Específico. Uma das formas legais de constituição de uma sociedade comercial. Para o investidor, uma das maiores vantagens de uma SPE está no fato de permitir um perfeito isolamento das outras atividades comerciais dos acionistas controladores e um acesso direto e menos complicado aos ativos e recebíveis de um empreendimento pelos agentes financiadores, nos casos de inadimplência.

Subscrição Lançamento de novas ações por uma sociedade anônima, com a finalidade de obter os recursos necessários para investimento.

Swap O termo "*swap*", que em inglês significa troca, é usado para definir uma operação de mudança de indexadores financeiros. Essa estratégia visa a uma proteção que pode ser usada por detentores de ativos (créditos a receber, títulos financeiros, etc.) ou passivos (dívidas) que estejam atrelados a um determinado indexador (IGP-M, TR, CDI, dólar, entre outros) contra o comportamento desfavorável desse indexador original em relação a qualquer outro. Essas operações não envolvem movimentação de dinheiro quando de sua contratação. Os ajustes, quando necessários, são realizados na data de seu vencimento.

T

TDA Títulos da Dívida Agrária.

Teste de Estresse Procedimento utilizado para verificar os resultados de um modelo ou estudo quando se adota premissas extremas.

Títulos Públicos (ou títulos da dívida pública) São papéis que a União, os estados ou os municípios emitem para financiar os seus próprios gastos. O risco de que o governo deixe de honrar esses papéis é considerado baixo.

V

Valores Mobiliários A definição de valores mobiliários é bastante genérica, incluindo a maioria dos títulos emitidos por sociedades anônimas, desde que registrados junto a um órgão de regulamentação do mercado, como, por exemplo, a CVM no Brasil. Dessa forma, podem ser considerados como valores mobiliários, entre outros, as ações, as debêntures (além dos cupons destes títulos), os bônus de subscrição e os certificados de depósitos de valores mobiliários.

VAR O *Value at Risk* é uma medida que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência (nível de confiança).